



Ensino Médio

2ª série

Sociologia

Manual exclusivo do aluno

Capítulo 1

Cultura Antropológica

O conceito de cultura com frequência é vinculado à Antropologia, como se fosse específico dessa área do conhecimento. Por isso, vamos verificar como os antropólogos, partindo de uma visão universalista para uma visão particularista, definiram esse conceito.

Uma das primeiras definições de cultura apareceu na obra do antropólogo inglês Edward B. Tylor (1832-1917).

De acordo com esse autor, cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos em uma sociedade. Trata-se de uma definição universalista, ou seja, muito ampla, com a qual se procura expressar a totalidade da vida social humana, a cultura universal.

Já o antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942), que desenvolveu a maior parte de seus trabalhos nos Estados Unidos, tinha uma visão particularista.

Ele pesquisou as diferentes formas culturais e demonstrou que as diferenças entre os grupos e sociedades humanas eram culturais, e não biológicas.

Por isso, recusou qualquer generalização que não pudesse ser demonstrada por meio da pesquisa concreta.

O escritor Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo inglês, afirmava que, para fazer uma análise objetiva, era necessário examinar as culturas em seu estado atual, sem preocupações com suas origens.

Concebia as culturas como sistemas funcionais e equilibrados, formados por elementos interdependentes que lhes davam características próprias, principalmente no tocante às necessidades básicas, como alimento, proteção e reprodução.

Por ser interdependentes, esses elementos não poderiam ser examinados isoladamente.

Duas antropólogas estadunidenses, Ruth Benedict (1887-1948) e Margareth Mead (1901-1978), procuraram investigar as relações entre cultura e personalidade. Benedict desenvolveu o conceito de padrão cultural, destacando a prevalência de uma homogeneidade e coerência em cada cultura.

Em suas pesquisas, identificou dois tipos culturais extremos: o apolínico, representado por indivíduos conformistas, tranquilos, solidários, respeitadores e comedidos na expressão de seus sentimentos, e o dionisíaco, que reunia os

ambiciosos, agressivos, individualistas, com uma tendência ao exagero afetivo.

De acordo com ela, entre os apolínicos e os dionisíacos haveria tipos intermediários que mesclariam algumas características dos dois tipos extremos.

Mead, por sua vez, investigou o modo como os indivíduos recebiam os elementos de sua cultura e a maneira como isso formava sua personalidade. Suas pesquisas tinham como objeto as condições de socialização da personalidade feminina e da masculina.

Ao analisar os Arapesh, os Mundugumor e os Chambuli, três povos da Nova Guiné, na Oceania, Mead percebeu diferenças significativas. Entre os Arapesh não havia diferenciação entre homens e mulheres, pois ambos eram educados para ser dóceis e sensíveis e para servir aos outros. Também entre os Mundugumor não havia diferenciação: indivíduos de ambos os sexos eram treinados para a agressividade, caracterizando-se por relações de rivalidade, e não de afeição.

Entre os Chambuli, finalmente, havia diferença entre homens e mulheres, mas de modo distinto do padrão que conhecemos: a mulher era educada para ser extrovertida, empreendedora, dinâmica e solidária com os membros de seu sexo.

Já os homens eram educados para ser sensíveis, preocupados com a aparência e invejosos, o que os tornava inseguros. Isso resultava em uma sociedade em que as mulheres detinham o poder econômico e garantiam o necessário para a sustentação do grupo, ao passo que os homens Tampão de flauta usada em cerimônias dos Mundugumor, povo da Nova Guiné estudado pela antropóloga Margareth Mead em sua pesquisa sobre a relação entre cultura e personalidade.

Baseada em seus achados, Mead afirmou que a diferença das personalidades não está vinculada a características biológicas, como o sexo, mas à maneira como em cada sociedade a cultura define a educação das crianças.

Para Claude Lévi-Strauss (1908-2009), antropólogo que nasceu na Bélgica, mas desenvolveu a maior parte de seu trabalho na França, a cultura deve ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, entre os quais se incluem a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas. Esses sistemas se relacionam e influenciam a realidade social e física das diferentes sociedades.

A grande preocupação de Lévi-Strauss foi analisar o que era comum e constante em todas as sociedades, ou seja, as regras universais e os elementos indispensáveis para a vida social. Um

desses elementos seria a proibição do incesto (relações sexuais entre irmãos ou entre pais e filhos), presente em todas as sociedades.

Partindo dessa preocupação, ele desenvolveu amplos estudos sobre os mitos, demonstrando que os elementos essenciais da maioria deles se encontram em todas as sociedades ditas primitivas.

Etnocentrismo

Ter uma visão de mundo, avaliar determinado assunto sob certa ótica, nascer e conviver em uma classe social, pertencer a uma etnia, ser homem ou mulher são algumas das condições que nos levam a pensar na diversidade humana, cultural e ideológica, e, conseqüentemente, na alteridade, isto é, no outro ser humano, que é igual a cada um de nós e, ao mesmo tempo, diferente.

Observa-se, no entanto, grande dificuldade na aceitação das diversidades em uma sociedade ou entre sociedades diferentes, pois os seres humanos tendem a tomar seu grupo ou sociedade como medida para avaliar os demais.

Em outras palavras, cada grupo ou sociedade considera-se superior e olha com desprezo e desdém os outros, tidos como estranhos ou estrangeiros. Para designar essa tendência, o sociólogo estadunidense William G. Sumner (1840-1910) criou o termo etnocentrismo.

Manifestações de etnocentrismo podem ser facilmente observadas em nosso cotidiano.

Quando lemos notícias sobre crises enfrentadas por povos de outros países, por exemplo, com frequência estabelecemos comparações entre a cultura deles e a nossa, considerando a nossa superior, principalmente se as diferenças forem muito grandes.

Na História não faltam exemplos desse tipo de comparação: na Antiguidade os romanos chamavam de “bárbaros” aqueles que não eram de sua cultura; no Renascimento, após os contatos com culturas diversas propiciadas pela expansão marítima, os europeus passaram a chamar os povos americanos de “selvagens”, e assim por diante.

O etnocentrismo foi um dos responsáveis pela geração de intolerância e preconceito — cultural, religioso, étnico e político —, assumindo diferentes expressões no decorrer da história. Em nossos dias ele se manifesta, por exemplo, na ideologia racista da supremacia do branco sobre o negro ou de uma etnia sobre as outras.

Manifesta-se, também, num mundo que é globalizado, na ideia de que a cultura ocidental é superior, e os povos de culturas diferentes devem assumi-la, modificando suas crenças, normas e valores. Essa forma de etnocentrismo pode levar a

conseqüências sérias em nossa convivência com os outros e nas relações entre os povos.

Cultura Erudita e Cultura Popular

A separação entre cultura popular e erudita, com a atribuição de maior valor à segunda, está relacionada à divisão da sociedade em classes, ou seja, é resultado e manifestação das diferenças sociais.

Há, de acordo com essa classificação, uma cultura identificada com os segmentos populares e outra, superior, identificada com as elites.

A cultura erudita abrange expressões artísticas como a música clássica de padrão europeu, as artes plásticas — escultura e pintura —, o teatro e a literatura de cunho universal.

Esses produtos culturais, como qualquer mercadoria, podem ser comprados e, em alguns casos, até deixados de herança como bens físicos.

A chamada cultura popular encontra expressão nos mitos e contos, danças, música — de sertaneja a cabocla —, artesanato rústico de cerâmica ou de madeira e pintura; corresponde, enfim, à manifestação genuína de um povo. Mas não se restringe ao que é tradicionalmente produzido no meio rural.

Inclui também expressões urbanas recentes, como os grafites, o hip-hop e os sincretismos musicais oriundos do interior ou das grandes cidades, o que demonstra haver constante criação e recriação no universo cultural de base popular. Nesse universo quem cria é o povo, nas condições possíveis.

A palavra folclore (do inglês *folklore*, junção de *folk*, “povo”, e *lore*, “saber”) significa “discurso do povo”, “sabedoria do povo” ou “conhecimento do povo”.

Para examinar criticamente essa diferenciação, voltemos ao termo cultura, agora segundo a análise do pensador brasileiro Alfredo Bosi.

De acordo com Bosi, não há no grego uma palavra específica para cultura-, há, sim, uma palavra que se aproxima desse conceito, que é *paideia*, “aquilo que se ensina à criança”, show na mesma cidade, em “aquilo que deve ser trabalhado na criança até que ela se transforme em adulta”.

A palavra cultura vem do latim e designa “o ato de cultivar a terra”, “de cuidar do que se planta”, ou seja, é o trabalho de preparar o solo, semear e fazer tudo para que uma planta cresça e dê frutos. Cultura está assim vinculada ao ato de trabalhar, a determinada ação, seja a de ensinar uma criança, seja a de cuidar de um plantio. Se pensarmos nesse sentido original, todos têm acesso à cultura, pois todos podem trabalhar. Para escrever um romance,

é preciso trabalhar uma narrativa; para fazer uma toalha de renda, uma música, uma mesa de madeira ou uma peça de mármore, é necessário trabalhar. Para Bosi, isso é cultura. E é por essa razão que os produtos culturais gerados pelo trabalho chamam-se obras, que vem de opus, derivado do verbo operar, ou seja, é o processo de fazer, de criar algo.

Se uma pessoa compra um livro, um disco, um quadro ou uma escultura, vai ao teatro ou a exposições, adquire, mas não produz cultura, ou seja, ela pode possuir ou ter acesso aos bens culturais gerados pelo trabalho, sem produzi-los. Esses bens servem para proporcionar deleite e prazer, e são usados por algumas pessoas para afirmar e mostrar que “possuem cultura”, quando são apenas consumidoras de uma mercadoria como qualquer outra. Não ter acesso a esses bens não significa, portanto, não ter cultura.

Bosi chama a atenção para o fato de haver em muitos países órgãos públicos que procuram desenvolver ações para “conservar a cultura popular original”, com certo receio de que ela não resista ao avanço da indústria cultural. Ora, os produtos culturais são criados em determinadas condições, remodelando-se continuamente, como ocorre com as festas, as músicas, as danças, o artesanato e outras tantas manifestações. Nesse sentido, é necessário analisar a cultura como processo, como ato de trabalho no tempo que não se extingue. A criação cultural não morre com seus autores, e basta que o povo exista para que ela sobreviva. Entenda-se aqui povo não como uma massa amorfa e homogênea de oprimidos submissos, mas como um conjunto de indivíduos, com ideias próprias e capacidade criativa e produtiva, que resiste muitas vezes silenciosamente, sobretudo por meio da produção cultural, como seus cantos e festas.

Para Bosi, a cultura é alguma coisa que se faz, e não apenas um produto que se adquire. É por isso que não tem sentido comparar cultura popular com cultura erudita. Quando afirmamos que ter cultura significa ser superior e não ter cultura significa ser inferior, utilizamos a condição de posse de cultura como elemento para diferenciação social e imposição de uma superioridade que não existe. Isso é ideologia.

1.3 – Cultura e ideologia

Ao analisar a cultura e a ideologia, vários autores procuram demonstrar que não se podem utilizar esses dois conceitos separadamente, pois há uma profunda relação entre eles, sobretudo no que diz respeito ao processo de dominação nas sociedades capitalistas.

O pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) analisa essa questão com base no conceito de

hegemonia (palavra de origem grega que significa “supremacia”, “preponderância”) e no que ele chama de aparelhos de hegemonia.

Por hegemonia pode-se entender o processo pelo qual uma classe dominante consegue fazer que o seu projeto seja aceito pelos dominados, desarticulando a visão de mundo autônoma de cada grupo potencialmente adversário. Isso é feito por meio dos aparelhos de hegemonia, que são práticas intelectuais e organizações no interior do Estado ou fora dele (livros, jornais, escolas, música, teatro, etc.). Nesse sentido, cada relação de hegemonia é sempre pedagógica, pois envolve uma prática de convencimento, de ensino e aprendizagem.

Para Gramsci, uma classe se torna hegemônica quando, além do poder coercitivo e policial, utiliza a persuasão, o consenso, que é desenvolvido mediante um sistema de ideias muito bem elaborado por intelectuais a serviço do poder, para convencer a maioria das pessoas, até as das classes dominadas. Por esse processo, cria-se uma “cultura dominante efetiva”, que deve penetrar no senso comum de um povo, com o objetivo de demonstrar que a forma como aquele que domina vê o mundo é a única possível.

A ideologia não é o lugar da ilusão e da mistificação, mas o espaço da dominação, que não se estabelece somente com o uso legítimo da força pelo Estado, mas também pela direção moral e intelectual da sociedade como um todo, utilizando os elementos culturais de cada povo.

Mas Gramsci aponta também a possibilidade de haver um processo de contra-hegemonia, desenvolvido por intelectuais orgânicos, vinculados à classe trabalhadora, na defesa de seus interesses. Contrapondo-se à inculcação dos ideais burgueses por meio da escola, dos meios de comunicação de massa, etc., eles combatem nessas mesmas frentes, defendendo outra forma de “pensar, agir e sentir” na sociedade em que vivem.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de violência simbólica para identificar formas culturais que impõem e fazem que aceitemos como normal, como verdade que sempre existiu e não pode ser questionada, um conjunto de regras não escritas nem ditas. Ele usa a palavra grega doxa (que significa “opinião”) para designar esse tipo de pensamento e prática social estável, tradicional, em que o poder aparece como natural.

Dessa ideia nasce o que Bourdieu define como a naturalização da história, condição em que os fatos sociais, independentemente de ser bons ou ruins, passam por naturais e tornam-se uma “verdade” para todos. Um exemplo evidente é a dominação masculina, vista em nossa sociedade como algo

“natural”, já que as mulheres são “naturalmente” mais fracas e sensíveis e, portanto, devem se submeter aos homens. E todos aceitam essa ideia e dizem que “isso foi, é e será sempre assim”.

Bourdieu declara que é pela cultura que os dominantes garantem o controle ideológico, desenvolvendo uma prática cuja finalidade é manter o distanciamento entre as classes sociais. Assim, existem práticas sociais e culturais que distinguem quem é de uma classe ou de outra: os “cultos” têm conhecimentos científicos, artísticos e literários que os opõem aos “incultos”. Isso é resultado de uma imposição cultural (violência simbólica) que define o que é “ter cultura”.

A violência simbólica ocorre de modo claro no processo educacional.

Quando entramos na escola, em seus diversos níveis, devemos obedecer sempre a um conjunto de regras e absorver um conjunto de saberes predeterminados, aceitos como o que se deve ensinar.

Essas regras e esses saberes não são questionados e normalmente não se pergunta quem os definiu.

Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), pensadores alemães, procuraram analisar a relação entre cultura e ideologia com base no conceito de indústria cultural. Apresentaram esse conceito em 1947, no texto *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*.

Nele, afirmavam que o conceito de indústria cultural permitia explicar o fenômeno da exploração comercial e a vulgarização da cultura, como também a ideologia da dominação.

A preocupação básica era com a emergência de empresas interessadas na produção em massa de bens culturais, como qualquer mercadoria (roupas, automóveis, sabonetes, etc.), visando exclusivamente ao consumo, tendo como fundamentos a lucratividade e a adesão incondicional ao sistema dominante.

Adorno e Horkheimer apontaram a possibilidade de homogeneização das pessoas, grupos e classes sociais; esse processo atingiria todas as classes, que seriam seduzidas pela indústria cultural, pois esta coloca a felicidade imediatamente nas mãos dos consumidores mediante a compra de alguma mercadoria ou produto cultural. Cria-se assim uma subjetividade uniforme e, por isso, massificada.

Nos mais diversas formas de ação, somos tranquilizados com a promessa de que o vilão terá um castigo merecido. Tanto nos sucessos musicais quanto nos filmes, a vida parece dizer que tem sempre as mesmas tonalidades e que devemos nos

habituar a seguir os compassos previamente marcados. Dessa forma, sentimo-nos integrados numa sociedade imaginária, sem conflitos e sem desigualdades.

A diversão, nesse sentido, é sempre alienante, conduz à resignação e em nenhum momento nos instiga a refletir sobre a sociedade em que vivemos. A indústria cultural transforma as atividades de lazer em um prolongamento do trabalho, promete ao trabalhador uma fuga do cotidiano e lhe oferece, de maneira ilusória, esse mesmo cotidiano como paraíso.

Por meio da sedução e do convencimento, a indústria cultural vende produtos que devem agradar ao público, não para fazê-lo pensar com informações novas que o perturbem, mas para propiciar-lhe uma fuga da realidade. Tal fuga, segundo Adorno, faz que o indivíduo se aliene, para poder continuar aceitando com um “tudo bem” a exploração do Sistema Capitalista.

Capítulo 2

Industrial Cultural e Cultura de Massa

A partir do final do século XX, a industrialização em larga escala atingiu, também, os elementos da cultura erudita (pertence a uma elite que pode ter acesso ao saber associado à escrita, aos livros, ao estudo) e da cultura popular (aquela de senso comum produzida e consumida pela própria população, sem necessita de técnicas racionalizadas e científicas, transmitida oralmente, registrando as tradições e os costumes de um determinado grupo social), dando início à “indústria cultural”.

O incessante desenvolvimento da tecnologia, tornando-a cada vez mais sofisticada, principalmente nos meios de comunicação (fotografia, disco, cinema, rádio, televisão, etc.), passou a atingir um grande número de pessoas, dando origem à “cultura de massa”.

Ao contrário das culturas erudita e popular, a cultura de massa não está ligada a nenhum grupo social específico, pois é transmitida de maneira industrializada, para um público generalizado, de diferentes camadas socioeconômicas.

O que temos, então, é a formação de um enorme mercado de consumidores em potencial, atraídos pelos produtos oferecidos pela indústria cultural. Esse mercado constitui, no que chamamos de “sociedade de consumo”.



Com a industrialização dos elementos da cultura erudita e da popular, o produto cultural irá se apresentar de uma forma esteticamente nova e diferente.

Podemos tomar como exemplo a gravação de uma sinfonia de Beethoven executada com o auxílio de sintetizadores e outros aparelhos de alta tecnologia, cujo ritmo e som diferentes, quase original uma nova obra.

A indústria cultural, utilizando-se dos meios de comunicação, primeiramente lança seu produto em grande quantidade (milhares, milhões de discos, por exemplo) e depois induz as pessoas a consumirem esse produto, apelando para outras razões além de seu valor artístico.

A cultura de massa, ao divulgar através dos MDCM produtos culturais de diferentes origens (erudita ou popular), possibilita o seu conhecimento por diferentes camadas sociais, criando também um campo estético próprio e atraente voltado para o consumo generalizado da sociedade.

Meios de Comunicação de Massa

Vivemos nessa era interligada em que pessoas de todo o planeta participam de uma única ordem informacional uma situação que é, em grande parte, resultado do alcance internacional das comunicações modernas.

As transformações na mídia ou nas comunicações de massa contribuem radicalmente na alteração da vida das pessoas e suas relações no meio sociocultural.

Quando se fala em mídia de massa ou comunicação de massa está se referindo a uma ampla variedade de formas de meios de comunicação que abrange um volume de audiência enorme e que envolve milhões de pessoas em toda uma sociedade moderna e globalizada como a nossa.

São m.d.c.m.: a televisão, os jornais, o cinema, as revistas, o rádio, a publicidade, vídeos games, CDs, internet, celulares e etc.

A mídia de massa não pode mais ser vista como um simples meio de entretenimento, como se fosse algo que não interferisse na vida das pessoas; as comunicações de massa são instrumentos de informação que influenciam em nossa forma de pensar e agir, atingindo o comportamento individual, social, cultural e institucional; como o caso da alteração de valores sociais dos jovens, as banalidades de questões sociais (pobreza, desemprego, violência, corrupção) e a opinião pública (posicionamento reflexivo e prático das pessoas em determinadas situações específicas sobre questões socioeconômicas, política-jurídico e cultural-ideológica).

Os donos dos M.D.C.M. são os novos donos de um poder moderno e tecnológico, pois eles têm em suas mãos instrumentos que podem influenciar, controlar, manipular ou interferir nas estruturas sociais, seja nas instituições sociais, econômicas ou políticas; a mídia de massa tem dono, são grupos de pessoas que vivem de lucro, logo suas empresas estão a serviço de seus interesses, que com certeza não é o da sociedade como um todo.

Os mdcm são os parceiros número um do capitalismo. A mídia exerce seu poder de uma forma ideológica, camuflando suas intenções através de várias apresentações de marketing sistematicamente e intensivamente até “inculca” na cabeça das pessoas perspectivas alheias aos seus próprios interesses isso acontece dentro de comerciais, novelas, filmes, desenhos, programas, séries, telejornais ou jornais escritos, revistas, rádios e etc.

Quase imperceptível, principalmente aos olhos e ouvidos de pessoas sem instrução intelectual.

Capítulo 3

Sociedade e Trabalho

O termo trabalho pode ter nascido do vocábulo latino *tripallium*, que significa “instrumento de tortura”, e por muito tempo esteve associado à ideia de atividade penosa e torturante.

Nas sociedades grega e romana era a mão de obra escrava que garantia a produção suficiente para suprir as necessidades da população. Existiam outros trabalhadores além dos escravos, como os meeiros, os artesãos e os camponeses.

No entanto, mesmo os trabalhadores livres eram explorados e oprimidos pelos senhores e proprietários.

Estes eram desobrigados de qualquer atividade, exceto a de discutir os assuntos da cidade e o bem-estar dos cidadãos.

Para que não dependessem do próprio trabalho e pudessem se dedicar exclusivamente a essa atividade, o trabalho escravo era fundamental.

Nas sociedades feudais, como no mundo greco-romano, havia também aqueles que trabalhavam — os servos, os camponeses livres e os aldeãos — e aqueles que viviam do trabalho dos outros — os senhores feudais e os membros do clero.

A terra era o principal meio de produção, e os trabalhadores tinham direito a seu usufruto e ocupação, mas nunca à propriedade.

Muitos trabalhavam em regime de servidão, no qual não gozavam de plena liberdade, mas também não eram escravos. Prevalcia um sistema de deveres do servo para com o senhor e deste para com aquele.

Além de cultivar as terras a ele destinadas, o servo era obrigado a trabalhar nas terras do senhor, bem como na construção e manutenção de estradas e pontes. Essa obrigação se chamava *corveia*.

Devia também ao senhor a *talha*, uma taxa que se pagava sobre tudo o que se produzia na terra e atingia todas as categorias dependentes.

Outra obrigação devida ao senhor pelo servo eram as banalidades, pagas pelo uso do moinho, do forno, dos tonéis de cerveja e pelo fato de, simplesmente, residir na aldeia. Essa obrigação era extensiva aos camponeses.

Examinando a ilustração ao lado pode-se ter uma ideia da organização do espaço e do trabalho na propriedade feudal.

Embora o trabalho ligado a terra fosse o preponderante nas sociedades medievais, outras formas de trabalho merecem destaque, como as atividades artesanais, desenvolvidas nas cidades e mesmo nos feudos, e as atividades comerciais.

Nas cidades, o artesanato tinha uma organização rígida baseada nas corporações de ofício. No topo da escala dessas corporações, havia um mestre que controlava o trabalho de todos.

Esse mestre encarregava-se de pagar os direitos ao rei ou ao senhor feudal e de fazer respeitar todos os compromissos com a corporação.

Abaixo dele vinha o oficial, que ocupava uma posição intermediária entre a do aprendiz e a do mestre.

Cabia ao oficial fixar a jornada de trabalho e a remuneração, sendo também o responsável por transmitir os ensinamentos do mestre aos aprendizes.

O aprendiz, que ficava na base dessa hierarquia, devia ter entre 12 e 15 anos e era subordinado a um só mestre.

Seu tempo de aprendizado era predeterminado, bem como os seus deveres e as sanções a que estava sujeito, conforme o estatuto da corporação.

Nas sociedades que vimos neste tópico, da Antiguidade até o fim da Idade Média, as concepções do que denominamos trabalho apresentam variações, mas poucas alterações.

Sempre muito desvalorizado, o trabalho não era o elemento central, o núcleo que orientava as relações sociais.

Estas se definiam pela hereditariedade, pela religião, pela honra, pela lealdade e pela posição em relação às questões públicas. Eram esses os elementos que permitiam que alguns vivessem do trabalho dos outros.

O trabalho na Sociedade Moderna

Com o fim do Período Medieval e a emergência do mercantilismo e do capitalismo, o trabalho “mudou de figura”. Se antes ele era visto como uma atividade penosa e torturante, passou aos poucos a ser considerado algo positivo.

Isso aconteceu porque, não sendo mais possível contar com o serviço compulsório, foi preciso convencer as pessoas de que trabalhar para os outros era bom; dizia-se que só assim todos sairiam beneficiados.

Para mudar a concepção de trabalho — de atividade vil para atividade que dignifica o homem —, algumas instituições, como veremos adiante, deram sua colaboração.

Vejamos agora as mudanças que ocorreram na estrutura do trabalho. Como a estrutura anterior foi-se desagregando? Como os artesãos e pequenos produtores se transformaram em assalariados?

Primeiro, casa e local de trabalho foram separados; depois, separaram o trabalhador de seus

instrumentos; por fim, tiraram dele a possibilidade de conseguir a própria matéria-prima.

Os comerciantes e industriais que haviam acumulado riquezas passaram a financiar, organizar e coordenar a produção de mercadorias, definindo o que produzir e em que quantidade. Afinal, o dinheiro era deles.

Essa transformação aconteceu por meio de dois processos de organização do trabalho: a cooperação simples e a manufatura (ou cooperação avançada).

Na cooperação simples, era mantida a hierarquia da produção artesanal entre o mestre e o aprendiz, e o artesão ainda desenvolvia, ele próprio, todo o processo produtivo, do molde ao acabamento.

A diferença é que ele estava a serviço de quem lhe financiava não só a matéria-prima, como até mesmo alguns instrumentos de trabalho, e também definia o local e as horas a ser trabalhadas.

Esse tipo de organização do trabalho abriu caminho para novas formas de produção, que começaram a se definir como trabalho coletivo.

No processo de manufatura (ou cooperação avançada), o trabalhador até continuava a ser artesão, mas não fazia tudo, do começo ao fim.

O sapato, por exemplo, era feito a muitas mãos, como numa linha de montagem. Cada um cuidava de uma parte, como hoje acontece com os carros e tantos outros produtos fabricados.

A manufatura foi o segundo passo para o surgimento do trabalhador coletivo, ou seja, o artesão tornou-se um trabalhador sem entendimento da totalidade do processo de trabalho e perdeu também seu controle.

Só entendia, por exemplo, da cola do salto do sapato, pois era isso o que ele fazia o tempo todo.

O produto tornou-se resultado das atividades de muitos trabalhadores. E o trabalho, por sua vez, transformou-se em mercadoria que podia ser vendida e comprada, como qualquer outra.

Surgiu, então, uma terceira forma de trabalho: a maquinofatura. Com ela, o espaço de trabalho, definitivamente, passou a ser a fábrica, pois era lá que estavam as máquinas que “comandavam” o processo de produção.

Todo o conhecimento que o trabalhador usava para produzir suas peças foi dispensado, ou seja, sua destreza manual foi substituída pela máquina.

Com esse processo ocorreu o convencimento do trabalhador de que a situação presente era melhor do que a anterior. Diversos setores da sociedade colaboraram para essa mudança:

✓ As igrejas procuraram passar a ideia de que o trabalho era um bem divino e de que quem não

trabalhasse não seria abençoado. Não trabalhar (ter preguiça) passou a ser pecado.

✓ Os governantes passaram a criar uma série de leis e decretos que penalizavam quem não trabalhasse. Os desempregados eram considerados vagabundos e podiam ir para a prisão. Inclui-se aqui o auxílio da polícia, encarregada de prender esses “vagabundos”.

✓ Os empresários desenvolveram uma disciplina rígida no trabalho, principalmente com horários de entrada e saída dos estabelecimentos.

✓ As escolas passaram às crianças a ideia de que o trabalho era fundamental para a sociedade. Esse conceito era ensinado, por exemplo, nas tarefas e lições e também por meio dos contos infantis.

Max Weber, em seu livro *História Econômica*, publicado em 1923, afirma que isso era necessário para que o capitalismo existisse. O trabalhador era livre apenas legalmente porque, na realidade, via-se forçado, pela necessidade e para não passar fome, a fazer o que lhe impunham.

Ainda assim, não foi fácil submeter o trabalhador às longas jornadas e aos rígidos horários, pois a maioria não estava acostumada a isso.

A maior parte da população que foi para as cidades trabalhava anteriormente no campo, onde o único “patrão” era o ritmo da natureza, que definia quanto e quando trabalhar.

Cada semente e cada colheita tinham seu tempo certo, de acordo com o clima e a época. Além disso, o mesmo indivíduo fazia várias coisas, não era um operário especializado em uma só tarefa. Ele podia plantar, colher, construir uma mesa ou um banco e trabalhar num tear; enfim, desenvolvia várias habilidades.

O trabalho na Sociedade Capitalista



Para Karl Marx, a divisão social do trabalho é realizada no processo de desenvolvimento das sociedades. Ele quer dizer que, conforme buscamos atender a nossas necessidades, estabelecemos relações de trabalho e maneiras de dividir as atividades.

Por exemplo: nas sociedades tribais, a divisão era feita com base nos critérios de sexo e idade; quando a agricultura e o pastoreio começaram a ser praticados, as funções se dividiram entre quem

plantava, quem cuidava dos animais e quem caçava ou pescava.

Com a formação das cidades, houve uma divisão entre o trabalho rural (agricultura) e o trabalho urbano (comércio e indústria).

O desenvolvimento da produção e seus excedentes deram lugar a uma nova divisão entre quem administrava — o diretor ou gerente — e quem executava — o operário. Aí está a semente da divisão em classes, que existe em todas as sociedades modernas.

Para Marx, portanto, a divisão social do trabalho numa sociedade gera a divisão em classes. Com o surgimento das fábricas, apareceu também o proprietário das máquinas e, conseqüentemente, quem pagava o salário do operador das máquinas.

A mecanização revolucionou o modo de produzir mercadorias, mas também colocou o trabalhador debaixo de suas ordens.

Ele começou a servir à máquina, pois o trabalho passou a ser feito somente com ela. E não era preciso ter muitos conhecimentos; bastava saber operá-la.

Sendo um operador de máquinas eficiente, o trabalhador seria bom e produtivo. Subordinado à máquina e ao proprietário dela, o trabalhador só tem, segundo Marx, sua força de trabalho para vender, mas, se não vendê-la, o empresário também não terá quem opere as máquinas.

É o que Marx chama de relação entre dois iguais. Ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias, mediante a compra e a venda da força de trabalho.

Vejamos como isso acontece. Ao assinar o contrato, o trabalhador aceita trabalhar, por exemplo, oito horas diárias, ou quarenta horas semanais, por determinado salário.

O capitalista passa, a partir daí, a ter o direito de utilizar essa força de trabalho no interior da fábrica. O que ocorre, na realidade, é que o trabalhador, em quatro ou cinco horas de trabalho diárias, por exemplo, já produz o referente ao valor de seu salário total; as horas restantes são apropriadas pelo capitalista.

Isso significa que, diariamente, o empregado trabalha três a quatro horas para o dono da empresa, sem receber pelo que produz. O que se produz nessas horas a mais é o que Marx chama de mais-valia.

As horas trabalhadas e não pagas, acumuladas e reaplicadas no processo produtivo, vão fazer com que o capitalista enriqueça rapidamente. E assim, todos os dias, isso acontece nos mais variados pontos do mundo: uma parcela significativa do

valor-trabalho produzido pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas. Esse processo chama-se acumulação de capital.

No processo de extração de mais-valia, os capitalistas utilizam duas estratégias: aumentam número de horas de trabalhadas contratando mais trabalhadores ou ampliando as horas trabalhadas gerando a mais mais-valia absoluta; introduzem diversas tecnologias e equipamentos visando aumentar a produção com o mesmo número de trabalhadores (ou até menos), elevando a produtividade do trabalho, mas mantendo o mesmo salário, gerando assim a mais-valia relativa.

Émile Durkheim analisa as relações de trabalho na sociedade moderna de forma diferente da de Marx. Em seu livro *Da divisão do Trabalho Social*, escrito no final do século XIX, procura demonstrar que a crescente especialização do trabalho promovida pela produção industrial moderna trouxe uma forma superior de solidariedade, e não de conflito.

Para Durkheim, há duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica.

A solidariedade mecânica é mais comum nas sociedades menos complexas, nas quais cada um sabe fazer quase todas as coisas de que necessita para viver.

Nesse caso, o que une as pessoas não é o fato de uma depender do trabalho da outra, mas a aceitação de um conjunto de crenças, tradições e costumes comuns.

Já a solidariedade orgânica é fruto da diversidade entre os indivíduos, e não da identidade das crenças e ações.

O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, a necessidade que uma pessoa tem da outra, em virtude da divisão do trabalho social existente na sociedade.

Com base nessa visão, na sociedade moderna, a coesão social seria dada pela divisão crescente do trabalho. E isso é fácil de observar em nosso cotidiano.

Tomamos um ônibus que tem motorista e cobrador, compramos alimentos e roupas que são produzidos por outros trabalhadores.

Também podemos ir ao posto de saúde, ao dentista, ao médico ou à farmácia quando temos algum problema de saúde e lá encontramos outras tantas pessoas que trabalham para resolver essas questões. Enfim, poderíamos citar uma quantidade enorme de situações que nos fazem dependentes de outras pessoas.

Durkheim afirma que a interdependência provocada pela crescente divisão do trabalho cria

solidariedade, pois faz a sociedade funcionar e lhe dá coesão.

Segundo esse autor, toda a ebulição no final do século XIX, resultante da relação entre o capital e o trabalho, não passava de uma questão moral.

O que fez surgir tantos conflitos foi a falta de instituições e normas integradoras (anomia) que permitissem que a solidariedade dos diversos setores da sociedade, nascida da divisão do trabalho, se expressasse e, assim, pusesse fim aos conflitos.

Para Durkheim, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não são regulamentadas pelas instituições existentes.

A Organização social do trabalho - Fordismo, Taylorismo

No século XX, o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas produtivos deu origem a uma divisão do trabalho muito bem detalhada e encadeada. Essa nova forma de organização tornou-se conhecida como fordismo, numa referência a Henry Ford (1863-1947).

Foi ele quem, a partir de 1914, implantou em sua fábrica de automóveis um modelo que seria seguido por muitas outras indústrias, a ponto de representar uma nova etapa da produção industrial.

As mudanças introduzidas por Ford visavam à produção em série de um produto (o Ford modelo T) para o consumo em massa.

Ele estabeleceu a jornada de oito horas, por 5 dólares ao dia, o que, na época, significava renda e tempo de lazer suficientes para o trabalhador suprir todas as suas necessidades básicas e até adquirir um dos automóveis produzidos na empresa.

Iniciava-se, assim, o que veio a se chamar a era do consumismo: produção e consumo em larga escala. Esse processo disseminou-se e atingiu quase todos os setores produtivos das sociedades industriais.

Mas isso por si só não explica o fordismo. É apenas um de seus aspectos, o mais aparente. Já no final do século XIX, Frederick Taylor (1865-1915), em seu livro *Princípios de Administração Científica*, propunha a aplicação de princípios científicos na organização do trabalho, buscando maior racionalização do processo produtivo.

Com as mudanças introduzidas por Henry Ford em sua fábrica, as expressões fordismo e taylorismo passaram a ser usadas para identificar um mesmo processo: aumento de produtividade com o uso mais adequado possível de horas trabalhadas, por

meio do controle das atividades dos trabalhadores, divisão e parcelamento das tarefas, mecanização de parte das atividades com a introdução da linha de montagem e um sistema de recompensas e punições conforme o comportamento dos operários no interior da fábrica.

Em razão dessas medidas, foi desenvolvido um sistema de planejamento para aprimorar cotidianamente as formas de controle e execução das tarefas, o que resultou na criação de um setor de especialistas na administração da empresa.

A hierarquia, bem como a impessoalidade das normas, foi introduzida no processo produtivo, sempre comandado por administradores treinados para isso.

A capacidade e a especialização dos operários tinham valor secundário, pois o essencial eram as tarefas de planejamento e supervisão.

Por incrível que pareça, essas diretrizes não foram utilizadas apenas no com universo capitalista; o modelo fordista-taylorista foi adotado também, com algumas adaptações, na então União Soviética.

O próprio Lênin aconselhava sua utilização como uma alternativa para elevar a produção industrial soviética.

Com Ford e Taylor, a divisão do trabalho passou pelo planejamento vindo de cima, não levando em conta os operários.

Para corrigir isso, Elton Mayo (1880-1949), professor da Universidade de Harvard (Estados Unidos), buscou medidas que evitassem o conflito e promovessem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas.

Suas ideias de conciliação, desenvolvidas na Escola de Relações Humanas a partir dos anos 1930, procuravam revalorizar os grupos de referência dos trabalhadores, principalmente o familiar, evitando assim um desenraizamento dos operários.

A visão de Taylor, a de Ford e, depois, a de Elton Mayo revelam a influência das formulações de Durkheim sobre a consciência coletiva. Durkheim afirmou que há uma consciência coletiva que define as ações individuais, submetendo todos à norma, à regra, à disciplina, à moral e à ordem estabelecidas.

As empresas devem dar continuidade a isso, definindo claramente o lugar e as atividades de cada um, para que não haja dúvida sobre o que cada membro deve fazer.

Se houver conflito, diz ele, deve ser minimizado através de uma coesão social, baseada na ideia de consenso, orientada pela existência de uma

consciência coletiva que paira acima dos indivíduos na sociedade.

Em seu livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, o sociólogo estadunidense Harry Braverman critica essa visão.

Ele afirma que o taylorismo foi somente o coroamento e a síntese de várias ideias, que germinaram durante todo o século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujo objetivo era transferir para as mãos das gerências o controle de todo o processo produtivo.

O taylorismo tirava do trabalhador o último resquício de saber sobre a produção: a capacidade de operar uma máquina. Agora ele tinha que operá-la do modo como os administradores definiam.

Estava concluída a expropriação em todos os níveis da autonomia dos trabalhadores, que ficavam totalmente dependentes dos gerentes e administradores.

A crítica marxista a Elton Mayo destaca que as formas de regulamentação da força de trabalho por ele propostas seriam indiretas, pela manipulação do operário por intermédio de especialistas em resolver conflitos.

Assim, psicólogos e sociólogos, assistentes sociais e administradores procuraram de várias formas cooptar os trabalhadores para que eles não criassem situações de conflito no interior das empresas.

A empresa lhes daria segurança e apoio e, portanto, deveriam trabalhar coesos, como se fizessem parte de uma comunidade de interesses. Talvez a expressão “lá na minha empresa”, que ouvimos de muitos trabalhadores, seja um exemplo de quanto essa perspectiva atingiu os corações e mentes.

Foi com esses procedimentos que o fordismo-taylorismo se desenvolveu e tornou-se a ideologia dominante em todo tipo de empresa, até mesmo nas comerciais e de serviços.

E ficou tão forte na sociedade capitalista que suas concepções acabaram chegando às escolas, às famílias, aos clubes, às igrejas e às instituições estatais; enfim, penetraram em todas as organizações sociais que buscam, de uma forma ou de outra, o controle e a eficiência das pessoas.

Essa forma de organizar o trabalho foi marcante até a década de 1970 e ainda prevalece em muitos locais, com múltiplas variações. Entretanto, novas formas de produção e de trabalho foram surgindo desde então.

A flexibilização do Trabalho



Novas transformações aconteceram na sociedade capitalista, principalmente depois da década de 1970, e todas elas têm a ver com a busca desenfreada por mais lucro. Como a recessão aumentou por causa da crise do petróleo, os capitalistas inventaram novas formas de elevar a produtividade do trabalho e expandir os lucros.

Começaram, então, a surgir formas de flexibilização do trabalho e do mercado. Em seu livro *Condição pós-moderna y o sociólogo estadunidense David Harvey* chamou essa fase de pós-fordismo, ou fase da acumulação flexível.

Outros autores também estudaram essa nova fase do capitalismo, como o estadunidense Richard Sennett, em seu livro *A cultura do novo capitalismo*.

Existem duas formas de flexibilização próprias desse processo que merecem ser lembradas aqui: a flexibilização dos processos de trabalho e de produção e a flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho.

A primeira forma ocorre com a automação e a consequente eliminação do controle manual por parte do trabalhador.

Desse modo, o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

Com o processo de automação, não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica. O trabalhador deve estar disponível para adaptar-se às diversas funções existentes na empresa.

Os que não se adaptam normalmente são despedidos. A nova configuração mundial do trabalho cria, assim, muita incerteza e insegurança; por isso, a situação dos trabalhadores no mundo de hoje é bastante sombria.

A flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho ocorre quando os empregadores passam a utilizar as mais diferentes formas de trabalho: doméstica e familiar, autônoma, temporária, por hora ou por curto prazo, terceirizada, entre outras.

Elas substituem a forma clássica do emprego regular, sob contrato, sindicalizado, permitindo alta rotatividade da força de trabalho e, conseqüentemente, baixo nível de especialização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

Capítulo 4

A Globalização



A Globalização é um dos termos mais frequentemente empregados para descrever a atual conjuntura do Sistema Capitalista e sua consolidação no mundo.

Na prática, ela é vista como a total ou parcial integração entre as diferentes localidades do planeta e a maior instrumentalização proporcionada pelos sistemas de comunicação e transporte.

Mas o que é globalização exatamente?

O conceito de globalização é dado por diferentes maneiras conforme os mais diversos autores em Geografia, Ciências Sociais, Economia, Filosofia e História que se pautaram em seu estudo.

Em uma tentativa de síntese, podemos dizer que a globalização é entendida como a integração com maior intensidade das relações socioespaciais em escala mundial, instrumentalizada pela conexão entre as diferentes partes do globo terrestre.

Vale lembrar, no entanto, que esse conceito não se refere simplesmente a uma ocasião ou acontecimento, mas a um processo.

Isso significa dizer que a principal característica da globalização é o fato de ela estar em constante evolução e transformação, de modo que a integração mundial por ela gerada é cada vez maior ao longo do tempo.

Há um século, por exemplo, a velocidade da comunicação entre diferentes partes do planeta até existia, porém ela era muito menos rápida e eficiente que a dos dias atuais, que, por sua vez, poderá ser considerada menos eficiente em comparação com as prováveis evoluções técnicas que ocorrerão nas próximas décadas. Podemos dizer, então, que o mundo encontra-se cada dia mais globalizado.

O avanço realizado nos sistemas de comunicação e transporte, responsável pelo avanço e consolidação da globalização atual, propiciou uma

integração que aconteceu de tal forma que tornou comum a expressão “aldeia global”. O termo “aldeia” faz referência a algo pequeno, onde todas as coisas estão próximas umas das outras, o que remete à ideia de que a integração mundial no meio técnico-informacional tornou o planeta metaforicamente menor.

A origem da Globalização

Não existe um total consenso sobre qual é a origem do processo de globalização. O termo em si só veio a ser elaborado a partir da década de 1980, tendo uma maior difusão após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria.

No entanto, são muitos os autores que defendem que a globalização tenha se iniciado a partir da expansão marítimo-comercial europeia, no final do século XV e início do século XVI, momento no qual o sistema capitalista iniciou sua expansão pelo mundo.

De toda forma, como já dissemos, ela foi gradativamente apresentando evoluções, recebendo incrementos substanciais com as transformações tecnológicas proporcionadas pelas três revoluções industriais.

Nesse caso, cabe um destaque especial para a última delas, também chamada de Revolução Técnico-Científica-Informacional, iniciada a partir de meados do século XX e que ainda se encontra em fase de ocorrência.

Nesse processo, intensificaram-se os avanços técnicos no contexto dos sistemas de informação, com destaque para a difusão dos aparelhos eletrônicos e da Internet, além de uma maior evolução nos meios de transporte.

Portanto, a título de síntese, podemos considerar que, se a globalização iniciou-se há cerca de cinco séculos aproximadamente, ela consolidou-se de forma mais elaborada e desenvolvida ao longo dos últimos 50 anos, a partir da segunda metade do século XX em diante.

Características da Globalização/aspectos positivos e negativos

Uma das características da globalização é o fato de ela se manifestar nos mais diversos campos que sustentam e compõem a sociedade: cultura, espaço geográfico, educação, política, direitos humanos, saúde e, principalmente, a economia.

Dessa forma, quando uma prática cultural chinesa é vivenciada nos Estados Unidos ou quando uma manifestação tradicional africana é revivida no Brasil, temos a evidência de como as sociedades integram suas culturas, influenciando-se mutuamente.

Existem muitos autores que apontam os problemas e os aspectos negativos da globalização, embora existam muitas polêmicas e discordâncias no cerne desse debate.

De toda forma, considera-se que o principal entre os problemas da globalização é uma eventual desigualdade social por ela proporcionada, em que o poder e a renda encontram-se em maior parte concentrados nas mãos de uma minoria, o que atrela a questão às contradições do capitalismo.

Além disso, acusa-se a globalização de proporcionar uma desigual forma de comunicação entre os diferentes territórios, em que culturas, valores morais, princípios educacionais e outros são reproduzidos obedecendo a uma ideologia dominante.

Nesse sentido, forma-se, segundo essas opiniões, uma hegemonia em que os principais centros de poder exercem um controle ou uma maior influência sobre as regiões economicamente menos favorecidas, obliterando, assim, suas matrizes tradicionais.

Entre os aspectos positivos da globalização, é comum citar os avanços proporcionados pela evolução dos meios tecnológicos, bem como a maior difusão de conhecimento.

Assim, por exemplo, se a cura para uma doença grave é descoberta no Japão, ela é rapidamente difundida (a depender do contexto social e econômico) para as diferentes partes do planeta.

Outros pontos considerados vantajosos da globalização é a maior difusão comercial e também de investimentos, entre diversos outros fatores.

É claro que o que pode ser considerado como vantagem ou desvantagem da globalização depende da abordagem realizada e também, de certa forma, da ideologia empregada em sua análise.

Não é objetivo, portanto, deste texto entrar no mérito da discussão em dizer se esse processo é benéfico ou prejudicial para a sociedade e para o planeta.

Efeitos da Globalização



Existem vários elementos que podem ser considerados como consequências da globalização no mundo. Uma das evidências mais emblemáticas é a configuração do espaço geográfico internacional em redes, sejam elas de transporte, de comunicação, de cidades, de trocas comerciais ou de capitais especulativos.

Elas formam-se por pontos fixos – sendo algumas mais preponderantes que outras – e pelos fluxos desenvolvidos entre esses diferentes pontos.

Outro aspecto que merece destaque é a expansão das empresas multinacionais, também chamadas de transnacionais ou empresas globais.

Muitas delas abandonam seus países de origem ou, simplesmente, expandem suas atividades em direção aos mais diversos locais em busca de um maior mercado consumidor, de isenção de impostos, de evitar tarifas alfandegárias e de angariar um menor custo com mão de obra e matérias-primas.

O processo de expansão dessas empresas globais e suas indústrias reverberou no avanço da industrialização e da urbanização em diversos países subdesenvolvidos e emergentes, incluindo o Brasil.

Outra dinâmica propiciada pelo avanço da globalização é a formação dos acordos regionais ou dos blocos econômicos.

Embora essa ocorrência possa ser inicialmente considerada como um entrave à globalização, pois acordos regionais poderiam impedir uma global interação econômica, ela é fundamental no sentido de permitir uma maior troca comercial entre os diferentes países e também propiciar ações conjunturais em grupos.

Por fim, cabe ressaltar que o avanço da globalização culminou também na expansão e consolidação do sistema capitalista, além de permitir sua rápida transformação.

Assim, com a maior integração mundial, o sistema liberal – ou neoliberal – ampliou-se consideravelmente na maior parte das políticas econômicas nacionais, difundindo-se a ideia de que o Estado deve apresentar uma mínima intervenção na economia.

A globalização é, portanto, um tema complexo, com incontáveis aspectos e características. Sua manifestação não pode ser considerada linear, de forma a ser mais ou menos intensa a depender da região onde ela se estabelece, ganhando novos contornos e características. Podemos dizer, assim, que o mundo vive uma ampla e caótica inter-relação entre o local e o global.

Capítulo 5

O Capitalismo e seu desenvolvimento



Capitalismo, ou modo de produção capitalista, é uma forma de organização social marcada pela separação entre os proprietários e controladores dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instalações etc.) e os que não possuem e não controlam os meios de produção, dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, através do salário, para sobreviver.

O capitalismo iniciou sua formação nos séculos finais da Idade Média, quando paulatinamente as formas artesanais de trabalho – concentradas principalmente nas corporações de ofício – foram dando lugar a uma divisão social trabalhista pela qual alguns mestres-artesãos passaram a ter a propriedade das ferramentas e matérias-primas, levando-os a assalariar pessoas que com seu trabalho produziam as mercadorias.

Era o início da ruptura com a forma de organização social baseada na servidão entre senhores e servos.

Um mercado de trocas entre os diversos tipos de mercadorias (produtos e pessoas) garantiria a venda do que era produzido, exercendo o dinheiro um papel fundamental no mercado, em virtude de sua função de intermediário na realização das trocas.

O intercâmbio dessas mercadorias garantiria um lucro ao capitalista. Para alguns estudiosos do capitalismo, o lucro seria proveniente da venda da mercadoria no mercado por um preço superior ao que custou para sua produção. Dessa forma, o lucro se encontraria no mercado de trocas.

Para alguns críticos do capitalismo, o lucro do capitalista provém da diferença do valor do salário pago ao trabalhador em relação ao valor total produzido por ele, no período em que ele executou sua ação de trabalho.

Por exemplo, um trabalhador foi contratado para trabalhar por um dia em uma jornada de oito horas, com um salário de R\$ 50,00.

Entretanto, nas primeiras quatro horas, esse mesmo trabalhador produziu mercadorias no valor

de R\$ 50,00, sendo que nas demais quatro horas de trabalho ele produziria o mesmo valor, que seria apropriado pelo capitalista como o resultado de um trabalho não pago.

Seria essa a origem do lucro do capitalista, conhecido também como mais-valia. A pessoa que ganhou maior notoriedade por apontar a mais-valia como origem do lucro foi o alemão Karl Marx, cuja principal obra, *O Capital*, pretendeu dissecar o funcionamento do capitalismo.

A mais-valia seria então o resultado de uma relação social de produção, cuja organização do processo de trabalho teria como característica principal a divisão entre os que são proprietários e controlam os meios de produção e aqueles que não têm propriedade e nem controlam os meios de produção, sendo obrigados a venderem sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviverem.

Essa divisão seria a base da divisão da sociedade capitalista, entre duas classes antagônicas: a burguesia exploradora e os trabalhadores explorados.

A expansão das forças de produção e da organização do trabalho capitalista, com o assalariamento e a exploração da mais-valia, proporcionou um avanço tecnológico que ficou conhecido como Revolução Industrial.

Ela ocorreu inicialmente na Inglaterra a partir do século XVIII, expandindo-se para os países da Europa Ocidental e EUA no século seguinte, alcançando toda a superfície do planeta no século XX.

A necessidade de exploração da mais-valia para a produção de capital e sua acumulação levou ao fortalecimento das relações sociais de produção capitalista.

No aspecto econômico, ela resultou no desenvolvimento industrial, tecnológico e de meios de comunicação, bem como na integração entre as várias unidades de produção e os locais de venda para garantir a realização das trocas de mercadorias.

Resultou ainda na criação do sistema financeiro, que deu às instituições bancárias o controle sobre a circulação de capital e do dinheiro.

Mas as relações sociais de produção capitalista em desenvolvimento necessitavam de que o Estado fosse reestruturado para garantir a exploração da mais-valia.

Houve a necessidade de uma nova conformação política da sociedade para que as relações sociais de produção se desenvolvessem com mais liberdade.

O principal evento que marcou essa nova conformação política foi a Revolução Francesa de 1789, que através de uma ação violenta criou as instituições clássicas do capitalismo, como o parlamento, os códigos jurídicos, um exército moderno e a constituição de um poder executivo.

Essa seria a estrutura política clássica do Capitalismo.

Ao longo do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento do capitalismo levou a uma intensa concentração de capital, com a criação de grandes conglomerados econômicos; à transformação de um grande contingente de pessoas em trabalhadores assalariados e ao surgimento de inúmeros países, que pretendiam criar as condições para o desenvolvimento capitalista em suas fronteiras. Dessa expansão resultou ainda o colonialismo e a I Guerra Mundial, já no século XX.

Por outro lado, a exploração da mais-valia provocou a miséria de um número crescente de trabalhadores, que passaram a lutar por melhorias em suas condições de vida e trabalho.

Para isso, criaram sindicatos e diversas formas de associação de trabalhadores (cooperativas, comitês de fábrica etc.) através dos quais lutavam pela garantia de direitos.

Com o acúmulo de experiências, os trabalhadores passaram também a perceber a necessidade de alcançar o poder político e econômico, no Estado e nas empresas, para que a exploração da mais-valia fosse extinta. Com isso, conquistaram o direito ao voto, o direito de organização e o direito de greve.

Como foi necessária uma ação violenta para que o capitalismo constituísse suas estruturas econômicas e políticas, aos trabalhadores também foram necessárias ações violentas de tomada do poder.

No início do século XX, revoluções contra o capitalismo ocorreram em alguns países, alcançando maior fama a Revolução Russa de 1917. Depois de afastarem os inimigos, os revolucionários russos vitoriosos anunciaram a construção do socialismo, o que seria uma forma de organização social antagônica ao capitalismo.

O principal caminho para essa construção passaria pelo controle que o Estado teria sobre o mercado de troca de mercadorias, planejando toda a produção econômica da sociedade e organizando de acordo com esses preceitos todos os demais âmbitos sociais.

Uma nova guerra mundial, agora a segunda, levaria o mundo a se dividir entre os países capitalistas e os países ditos socialistas, os

primeiros eram adeptos ao livre mercado e os segundos eram defensores de um controle do Estado sobre a economia.

O planejamento econômico pelo Estado era apontado como o contrário do mercado capitalista, no qual o interesse empresarial privado imperava, existindo uma livre troca, de acordo com os interesses de seus agentes.

Essa situação impedia uma racionalização da produção. Além disso, o Estado como proprietário dos meios de produção levaria ao fim da exploração da mais-valia, já que não haveria apropriação privada do trabalho não pago. O Estado se confundia com o interesse coletivo.

Mas o desenvolvimento histórico do capitalismo leva-nos a pensar se havia tanta diferença assim entre um e outro tipo de organização social. Os EUA, o país exemplar do capitalismo do livre mercado, conheceram uma forte interferência e planejamento do Estado após a década de 1930, como a recuperação dos estragos da crise econômica de 1929, atuando como agente ativo na concentração de capitais.

A URSS, o símbolo do socialismo, manteve a exploração da mais-valia, agora não mais com os proprietários dos meios de produção, mas sim com gestores e uma burocracia partidária e estatal que controlava o trabalho de milhões de trabalhadores e se apropriava do trabalho não pago através dos privilégios decorrentes dos cargos que ocupavam no partido, nas empresas e no Estado.

Existem vários críticos que apontam os dois modelos como sendo duas formas de realização do capitalismo.

De um lado um capitalismo formado por grandes empresas que controlam vários setores do mercado dito livre concorrencial, realizando, na verdade, um planejamento de mercado, em virtude do montante de capital acumulado.

De outro, um capitalismo de Estado, no qual as instituições estatais controlam as empresas e planejam os mercados, principalmente através dos gestores dessas instituições.

O elemento comum seria a permanência da exploração da mais-valia dos trabalhadores por burgueses e gestores (burocratas das empresas e do Estado), já que aqueles continuam afastados do controle dos meios de produção e da capacidade de decidir sobre a organização das relações sociais de produção.